

Será uma negociação difícil

A luta do ministro é por *spread* zero, menores juros e maior prazo para pagamento da dívida externa.

Uma negociação longa e difícil com os credores externos. É isso o que o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, disse ontem estar esperando, pois há grandes interesses do Brasil em jogo. O ministro, que disse ainda que o País vai respeitar os direito dos bancos internacionais, recebeu ontem o apoio do grupo de Economia do PMDB como renegociador da dívida externa brasileira.

Ao final da reunião do Conselho Monetário Nacional, Bresser Pereira afirmou também que a conversão da dívida externa em investimento é um tema prioritário mas que não dependerá dos resultados dessa próxima rodada de negociações. Informou que pretende apresentar a proposta final de conversão da dívida brasileira na próxima reunião do Conselho Monetário Nacional, prevista para o dia 29 de outubro.

Bresser Pereira falou das expectativas em relação às negociações da dívida externa depois que o empresário Sérgio Quintella, da Montreal Engenharia, desejou que o País volte a uma situação de normalidade no mercado financeiro internacional. Em nome do empresariado, Quintella disse ainda ao ministro depositar muita confiança nessas negociações e que a normalização das relações internacionais trará muita tranquilidade ao setor privado.

Aval do PMDB

O ministro da Fazenda reuniu-se ontem por mais de duas horas, em seu gabinete, com dez deputados que integram o grupo de Economia do PMDB e “recebeu um aval expresso”, disse seu coordenador, Irajá Rodrigues (RS), para negociar a dívida externa. Ao conversar com o grupo, Bresser Pereira disse que o apoio político é não apenas necessário como indispensável. Ao dar o apoio, o grupo sublinhou que a posição do ministro de resistência ao Fundo Monetário Internacional e ao Comitê de Bancos Privados tinha muito mérito.

O encontro foi articulado pelo líder peemedebista na Câmara, Luiz Henrique (SC), e o deputado Irajá Rodrigues (RS), e contou também com a participação dos deputados Oswaldo Lima Filho (PE), Ismael Vanderley (RN), Roberto Ponte (RS), Roberto Brant (MG), Fernando Gasparian (SP), Manoel Moreira (SP) e Genebaldo Correia (BA). O ministro deu explicações sobre a negociação que fará nos Estados Unidos, considerando muito viável a conversão parcial da dívida em títulos.

Bresser afirmou aos deputados, repetindo a atitude de anteontem com os senadores, que vai lutar pelo *spread* zero, por menores juros e maior prazo para o pagamento da dívida externa. Informou que há um estudo no Ministério da Fazenda sobre a conversão da dívida em investimentos no Brasil, com a possibilidade de um leilão de títulos com prazo para repatriação, limite de dividendos e carência para pagamento desses dividendos.

Ele garantiu aos deputados peemedebistas que toda negociação ficará à margem do FMI, sob o argumento de que o Brasil é soberano e não pode aceitar as imposições do Fundo. E frisou que, pelas informações de que dispõe, a maioria dos bancos está disposta a negociar sem o aval do FMI.

O deputado Oswaldo Lima Filho indagou sobre o prazo para a repatriação e o ministro informou que a proposta mínima é de 15 anos, com o deságio atingindo cerca de 50%. O representante pernambucano desviou para outro assunto, de caráter interno, solicitando informações sobre a indústria de bens de capital. Bresser observou que seu crescimento dependia do amparo das estatais e do BNDES e, com as limitações atuais em razão da política de redução do déficit público, o problema estava sem solução.

Conversão

O líder do PMDB na Câmara dos Deputados disse que Bresser revelou os detalhes da proposta de renegociação. Entretanto, o deputado não quis informar esses detalhes, “porque todo mundo já está sabendo”. Segundo Luiz Henrique, o ministro reafirmou que o Brasil proporá aos bancos credores a conversão voluntária de parte da dívida em títulos com desconto.

O líder do PMDB destacou ainda que Bresser Pereira e os negociadores da dívida brasileira anunciarão à comunidade financeira internacional, a pedido do Grupo, a maior participação do Congresso no processo de renegociação da dívida externa depois que a nova Constituição for promulgada.

O assessor especial para Assuntos Parlamentares do Ministério da Fazenda, Ailton Soares, comentou que o apoio do grupo de Economia do PMDB fará o ministro Bresser Pereira embarcar mais fortalecido para os Estados Unidos. Lembrou que o apoio de Bresser na área parlamentar cresceu muito desde segunda-feira, quando também recebeu o aval da Comissão Especial da Dívida Externa do Senado Federal.

DÍVIDA COM EXIMBANK

As dívidas dos países da América Latina e das Caraíbas vencidas e não pagas ao Banco de Exportação e Importação dos Estados Unidos é superior a 500 milhões de dólares e mais da metade corresponde ao Brasil, disseram ontem em Washington porta-vozes do Eximbank.

Segundo relatório da Auditoria Geral do governo norte-americano, o Eximbank teria sofrido um déficit acumulado de 1,9 a 3 bilhões de dólares no encerramento de seu último ano fiscal, a 30 de setembro de 1986, se tivesse criado reservas adequadas para débitos incobráveis de um total de créditos de 15,5 bilhões de dólares.

O Eximbank declarou perdas líquidas de apenas 333 milhões de dólares em seu exercício fiscal de 1986, segundo o relatório anual divulgado ontem. As dívidas atrasadas dos países latino-americanos e das Caraíbas ao Eximbank, a 30 de setembro de 1986, somavam 465,5 milhões de dólares, entrando o Brasil nesse total com um débito de 235,7 milhões. A parte de todos esses países no total de dívidas atrasadas ao Eximbank elevou-se no exercício de 1986 a 69%. A 31 de julho de 1987, essa dívida chegava a 540 milhões de dólares, com forte aumento do débito do Brasil, que alcançava 270 milhões de dólares.

Os principais devedores da América Latina e das Caraíbas a 30 de setembro de 1986 eram: Brasil, 235,7 milhões de dólares; Cuba, 89,1 milhões; México, 30 milhões; Argentina, 28,2 milhões; Peru, 27,5 milhões; Nicarágua, 15,8 milhões; Bolívia, 12 milhões; Venezuela, 11,5 milhões; Jamaica, 4 milhões.

A 31 de julho de 1987 essas dívidas ao Eximbank eram: Brasil, 270 milhões de dólares; Argentina, 53 milhões; Cuba, 90,7 milhões; México, 43,1 milhões; Peru, 31,9 milhões; Nicarágua, 15,8 milhões; Jamaica, 11,2 milhões; Venezuela, 7,5 milhões.

O QUE DIZ MILLIET

O presidente do Banco Central, Fernando Milliet, se incluiu entre os que consideram que o País não deve seguir o modelo idêntico ao argentino para a solução do problema da dívida externa. As indicações disso são claras, segundo Milliet: “A Argentina aceitou o acordo com o FMI, apresentou seu cardápio de opções, vem pagando os juros e há sete meses não consegue assinar o contrato e receber o dinheiro”.

Em entrevista concedida ao final da reunião de ontem do Conselho Monetário Nacional, Milliet insistiu que a renegociação do débito externo brasileiro deve ser feita a longo prazo. Para ele, a rodada de entendimentos que se inicia esta semana tem o caráter de “conversas informais e de apresentação de propostas”. Mas a intenção é outra: “Nós queremos acordo definitivo”, acrescentou.

O presidente do BC lembrou que, em 1982 e 1983, o Brasil, os bancos credores e o Fundo Monetário Internacional acreditaram que a situação da dívida poderia ser resolvida por aquele tipo de ajuste, que pressupõe um processo recessivo. “Hoje”, afirmou, “há plena consciência de que isto não é possível”.

Milliet, depois de confirmar que a conversão da dívida em capital de risco deverá ser normatizada na próxima reunião do CMN, em outubro, disse que vê naquele instrumento vantagens e limitações. Vantagens, no que diz respeito ao aumento de investimentos e redução do volume global da dívida externa. Limitações, em consequência das repercussões provocadas pela conversão sobre as políticas monetária e fiscal.

O ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodré, e o secretário de Estado norte-americano, George Schultz, estiveram reunidos ontem pela manhã, em Nova York, paralelamente à assembléia-geral da Organização das Nações Unidas, para discutir a questão da dívida externa brasileira.

Entre outros argumentos, o ministro Sodré se referiu à importância do Brasil na América Latina e tornou a repetir que o País não pode ser pressionado por seus credores. Ao se comunicar com seus assessores do Itamaraty, em Brasília, o chanceler brasileiro também revelou que Schultz concordou, durante a conversa, que deve ser dado um tratamento político ao problema da dívida, e que o Brasil só poderá mesmo cumprir seus compromissos se tiver condições de crescer economicamente.

O NEGOCIADOR

Saber negociar é uma arte que requer sutilezas e capacidade de gerenciamento e nem sempre um cérebro excepcionalmente bom num posto chave do governo pode ser um hábil negociador. É preciso fazer bem a lição de casa. Elaborar uma estratégia perfeita para transmitir o que exatamente se deseja e contar com um amplo volume de informações.

Essas são algumas das recomendações do especialista em estratégia de organização empresarial e negociação Oscar Motomura, responsável pelo curso de técnica de negociação para executivos promovido pela Amana — Desenvolvimento & Educação. Ele fez um “exercício” sobre a forma de negociação da dívida externa do Brasil e alguns caminhos e conceitos que são seguidos.

— É difícil traçar um perfil dos negociadores brasileiros. Mas os três têm muita experiência porque ocuparam cargos executivos em empresas e contam com um excelente preparo acadêmico. No entanto, o que define resultados de uma negociação não é a capacidade técnica apenas, pois terá peso decisivo a habilidade interpessoal somada à qualidade e quantidade de informações acumuladas no planejamento que antecede a rodada de negociações — disse Motomura ao analisar para o JT os caminhos da negociação da dívida externa.

Os brasileiros têm o hábito de não planejar com muita profundidade suas negociações em comparação com os procedimentos freqüentemente realizados por negociadores de outros países, disse Motomura, para quem a qualidade de nosso planejamento não é adequada.

— Observamos a falta de preparação em termos de grandes itens e também de sutilezas. É preciso saber quem estará sentado do outro lado da mesa assim como suas características e qual o tipo de mensagem prévia a ser passada para evitar que se comece uma rodada de discussão com um dos negociadores na defensiva — afirmou o estrategista da Amana.

Um trabalho prévio de preparação pode evitar que uma das partes entre com uma série de pontos desfavoráveis. Por isso, Motomura fez uma pergunta: “Quanto de nossos negociadores realizam esse trabalho preparatório para enfrentar uma negociação tão delicada? Pela leitura das informações de imprensa dá para concluir que essa tarefa minuciosa com muitas sutilezas não está sendo feita”.

Entende estar faltando informantes às autoridades brasileiras e que se declarou a moratória unilateral sem diálogo prévio. No caso de uma negociação, acha importante entender o outro lado com muita profundidade. Requer um grande volume de informações como a postura das correntes políticas, legislação e a posição de diversos órgãos sobre o estado da dívida, acrescentou. “Tudo que ocorre aqui em termos políticos também possui dinâmica semelhante do outro lado da mesa”, disse Motomura.

Ao analisar o ministro Bresser Pereira como negociador, o estrategista disse considerá-lo “dono de uma boa cabeça” que nem sempre está sintonizada com a capacidade de exprimir as idéias em termos de objetividade e clareza de posições. Existe, explicou, o risco de se passar alguma mensagem indesejável provocando impasses para a negociação. Chegou a apontar a importância de se simular mediante programas de computador os efeitos de negociações da dívida ao longo dos próximos anos, como se realiza previamente uma fase de estudos de balanço antes de uma fusão ou incorporação de empresas. — Estamos aprendendo a negociar na prática. Pode ser até positivo por que as pessoas pensam estar com uma solução milagrosa nas mãos e descobrem que não era a melhor saída. Trata-se de uma forma de aprender sobre os erros cometidos — concluiu.

